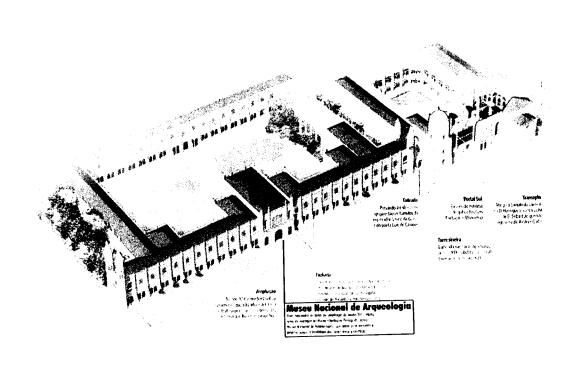


Museu Nacional de Arqueologia

Passado - Presente - Futuro



Finais do século XIX / primeira metade do século XX

O MNA (o "Museu do Homem Português" de José Leite de Vasconcelos) é fundado em 1893 por intervenção de Bernardino Machado (Ministro da Obras Públicas), no quadro do ambiente patriótico que se sucedeu ao *ultimatum* inglês. Fica precariamente instalado na Academia das Ciências de Lisboa.

Em 1900 o Governo da Monarquia confere-lhe os espaços novos (oitocentistas) dos Jerónimos depois de debate sobre o programa museológico a executar neles: "Museu da Diáspora Portuguesa" ou "Museu das Raízes Portuguesas". Ganha esta segunda tese.

Primeira República: o MNA constitui um dos principais museus portugueses acarinhados pela República. É local de encontro e tertúlia de políticos (Bernardino Machado, Manuel Arriaga, etc.), intelectuais e artistas (Aquilino Ribeiro, Stuart Carvalhais, Francisco Valença, etc.)

Documentos no CD:

PROGRAMA CONSTRUTIVO PARA OS JERÓNIMOS OITOCENTISTAS, em finais do século XIX. No centro a referência: Museu Nacional

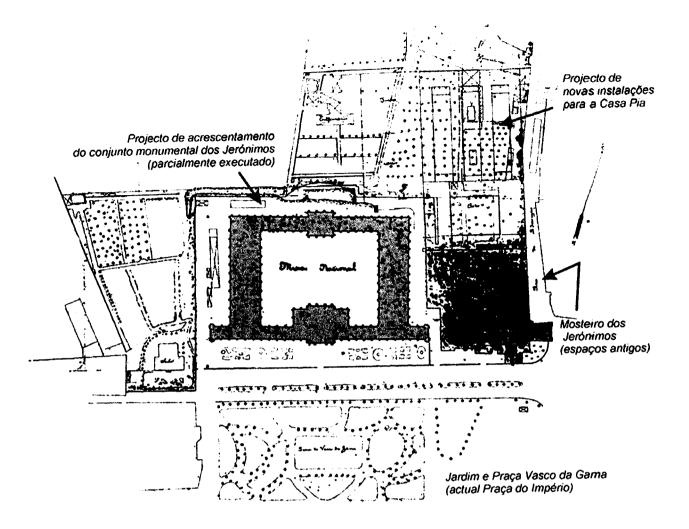
ENTRADA DO MUSEU ETNOLÓGICO (hoje MNA) cerca de 1910. Postal ilustrado. De notar que ainda não está construída a ala poente e que esta é a entrada actual do Museu de Marinha, desde que este Museu aqui se instalou no início dos anos 1960.

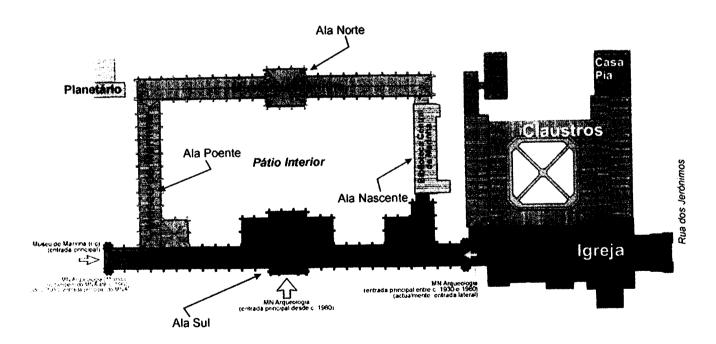
DATAS ESSENCIAIS. Principais datas na história do MNA

Leite de Vasconcelos e o MNA nos Jerónimos:

Felizmente consegui que o Governo me desse a mais linda casa a que eu podia aspirar para o Museu! Não tenho inveja a nenhuns Museus agora, pois estou magnificamente: em Belém, numa ala independente e grande, com boa mobília e luz. Já tenho mudada mais de metade. Agora alargo o plano, e sigo o que esbocei na Revista Lusitana...

Cartas de Leite de Vasconcelos a António Tomás Pires. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1964. Carta 134, [1903], p. 186





Praça do Império

1954: Primeira tentativa de transferência do MNA para a Cordoaria Nacional, por iniciativa do Ministro da Marinha, mais tarde Presidente da República, Almirante Américo Thomaz

È criada uma comissão técnica para o efeito, que concluiu pela impossibilidade de tal transferência; procurou outras alternativas em Lisboa, mas não encontrou nenhuma satisfatória; acabou por recomendar a construção de raiz em Belém ou na nova Cidade Universitária, então em construção em Telheiras. O Governo aceita esta recomendação e manda avançar com o projecto do novo MNA. Este projecto foi feito, mas quando estava para ser iniciada a construção sobreveio a guerra em Angola e o projecto foi abandonado por falta de verbas.

Documentos no CD:

MATERIAIS DA "Comissão para instalação do Museu de Marinha na Ala Oeste dos Jerónimos"

PRIMEIRA PÁGINA do jornal humorístico "SEMPRE FIXE" (15.2.1956): as peças do MNA rebelam-se todas, não querendo sair dos Jerónimos...

ARTIGO DE LUÍS RAPOSO Luís Raposo: "Um projecto para instalar o Museu Nacional de Arqueologia em Telheiras... e as vicissitudes que o acompanharam

Artigo de opinião do Dr. Luís Raposo, no jornal "Público" de 23.12.2006. Faz um resumo histórico e indica que aceita plenamente que o museu mude para outro local, mas:

1ª opção: construção de raiz;

2ª opção: edifício adequado (localização, prestígio, espaço, etc.) e sobretudo seguro do ponto de vista dos riscos geofísicos e ambientais, não parecendo que a Cordoaria Nacional preencha todos estes requisitos



PROPRIEDADE
RENASCENÇA GRAFICA
R A R I.
RUA LUZ SORIANO, M

DIRECTOR E EDITOR

ADMINISTRAÇÃO
REDAÇÃO E OFICINAS
NUA DA ROSA 37
TEL. 10071, 10071 - 10072

..... Que é info. Uma prostit na nosta cama!

..... Não te estastes, mulhor, E um homom que contestes para mos aqueces a came.

A mudança do Museu Etnológico

O que nos disseram algumas das figuras expostas:



Décadas de 1970 a 1990

- 1976 Decreto-Lei do Conselho da Revolução, de 14 de Janeiro, no qual se retoma o projecto político-militar do tempo do Estado Novo, dando-lhe maior amplitude: todos os espaços dos Jerónimos não afectos ao culto devem ser entregues à Marinha.
- 1982 Insistência da Marinha no oferecimento da Cordoaria e visitas técnicas de especialistas, que elaboram relatórios muito críticos quanto a tal eventualidade e que levam ao abandono desta ideia.
- 1993 Integração da Torre Oca no MNA, por acção de Simonetta Luz Afonso, depois da criação do Instituto Português de Museus e de definida uma linha política global para a revitalização dos museus nacionais portugueses. Iniciase o processo de estudar a ampliação do MNA nos Jerónimos.
- 1996 Toma posse um novo Director (Luís Raposo), que estabelece um novo programa museológico destinado a dar maior vitalidade do MNA, programa em que a Torre Oca ocupa um lugar de grande relevo: local de exposições e de ampla animação cultural, eixo central da vida do Museu e da sua futura ampliação.

Documentos no CD:

DECRETO-LEI DO CONSELHO DE REVOLUÇÃO de 14 de Agosto de 1976

PARECERES VÁRIOS DOS ANOS 80: Francisco Alves (ao tempo director do MNA), Pedro Vieira de Almeida (arquitecto), Vítor Manaças (designer) e Adília Alarcão (museóloga)

OFÍCIO DE SIMONETTA LUZ AFONSO em que informa e dá conta do júbilo e importância da incorporação da Torre Oca no MNA





12NOV 93

4830

Exmo. Senhor
Director do Museu de Arqueologia
Dr. Francisco Alves
Pc. do Império
1400 LISBOA

SUA REFERÊNCIA:

SUA COMUNICAÇÃO:

ASSUNTO:

١	M		078
	N	Data: 1993 -1	1- 15
	(LL SEZHRADAS	P ª	RÉNCIA
	ENT	DIRPM	
	R A	col	- Linvar D
	D A S	(iii)	
	K1193		A
	1-/->	-4.1-1	V

Venho informar V. Exa que após longas negociações levadas a cabo por este Instituto foi finalmente cedida a tão ambicionada Torre Oca a esse Museu por despacho de 3 Novembro de Sua Excelência o Chefe de Estado Maior da Armada

Faço pois votos que ganho e recuperado este espaço vital para o desenvolvimento do programa do Museu que dirige, possa V. Exa e a equipe que coordena passar a desenvolver um programa regular de apresentação e divulgação das coleções desse Museu em prol, da divulgação da Arqueologia portuguesa.

Com os melhores cumprimentos,

IPM, em 12 de Novembro de 1993

A DIRECTORA-GERAL

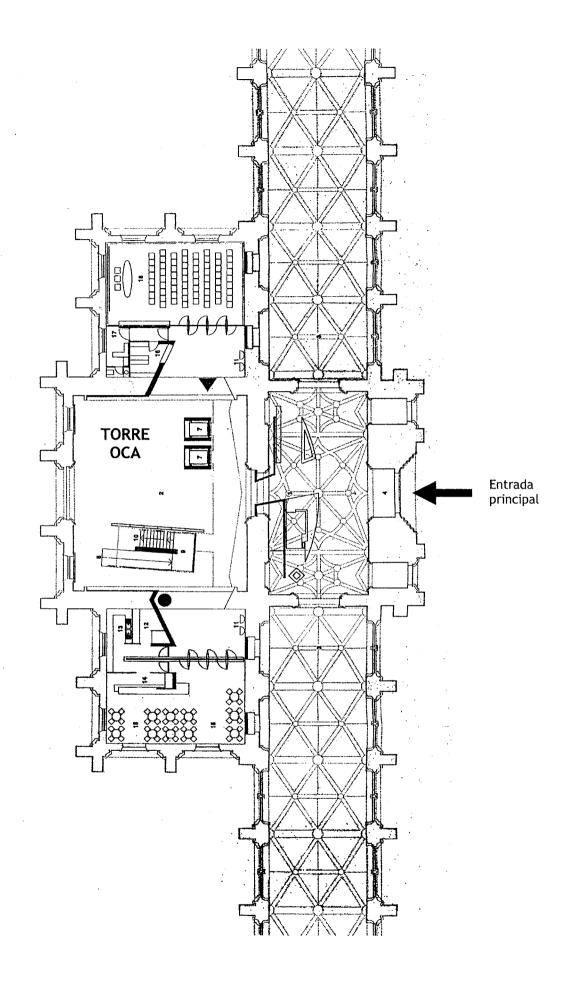
Symonette

SLAAM

NA RESPOSTA, INDICAR AS REFERENCIAS DESTE DOCUMENTO.

PALÁCIO NACIONAL DA AJUDA 1300 ILSBOA TELEF, 363 55 43/363 76 66 364 71 21/363 22 30 FAX 364 78 21

N.C. 502648732



Projecto de remodelação e ampliação do MNA nos Jerónimos. (Arqtos. Carlos Guimarães e Luís Soares Carneiro

SITUAÇÃO RECENTE

Dezembro de 2008 e primeiro semestre de 2009

2008 (Dezembro) - O MNA é informado pela primeira vez que tinha já sido feito um protocolo para permuta de instalações entre Jerónimos e Cordoaria Nacional.

O MNA teria de ser imediatamente encaixotado e transferido para a Cordoaria em seis meses.

Este protocolo esteve directamente relacionado com a necessidade do MC de encontrar espaço para reinstalar os serviços que estavam no local de construção do novo Museu dos Coches. Depois de terem sido tentadas várias alternativas, todas inviáveis por falta de verbas, a permuta de instalações entre Jerónimos e Cordoaria apareceu como solução providencial, permitindo um negócio de custo zero.

2009 (primeiro semestre) - Numerosas reacções públicas à iniciativa de desalojar o MNA dos Jerónimos e encaixotá-lo na Cordoaria. O Ministro da Cultura recebe uma delegação do GAMNA e garante que nada será feito que possa prejudicar o Museu. Na Assembleia da República o deputado Manuel Alegre apresenta uma pergunta ao Governo sobre esta matéria. O Grupo Parlamentar do PCP inclui também esta questão em Projecto de Resolução sobre o Museu dos Coches (Projecto de Resolução nº 469/X- 4ª) (votos contra do PS; votos a favor do PCP, PSD e CDS; abstenção do BE).

Documentos no CD:

Vários documentos que historiam esta fase.

Cf. em especial o memorando intitulado "Perspectivas para a transferência do Museu Nacional de Arqueologia do Mosteiro dos Jerónimos para o edifício da Cordoaria Nacional, em Dezembro de 2008", da autoria do Director do MNA; Luís Raposo

Transferência do MNA para a Cordoaria

Algumas perguntas pertinentes

O que leva o MC a esta opção, que tem sido rejeitada ao longo de cinco décadas pelos titulares da Educação e da Cultura, suportados em pareceres técnicos de arquitectos, arqueólogos e museólogos ? Trata-se de dar cumprimento ao programa do Estado Novo (Almirante Américo Thomaz) e do Conselho da Revolução (1976) para o Jerónimos ? Ou trata-se apenas de resolver o problema da instalação dos serviços da arqueologia que ainda estão no espaço destinado ao Museu dos Coches, dando os Jerónimos em troca e apanhando o Museu de Arqueologia por tabela ?

Abandonou já o MC a perspectiva de ampliação do Museu de Arqueologia nos Jerónimos, na qual se gastaram dezenas de milhares de euros e que foi prometida por sucessivos governos, tanto da actual maioria como da oposição? Projecto lançado no tempo do ministro Carrilho e mais tarde retomado e anunciado publicamente pelo primeiro-ministro Durão Barroso, com um calendário de execução preciso. Projecto que ainda há dois anos deu origem a um manifesto em sua defesa, publicado nos jornais e assinado por centenas de cidadãos ligados à cultura?

Se a ideia da Cordoaria for para a frente, isto quer dizer que já foram feitos os estudos técnicos que garantam a segurança do local em termos sísmicos e de riscos de inundação? E que pensa o MC fazer para a requalificação arquitectónica e funcional daquele espaço, que em certas áreas está em estado de quase ruína e precisa de obras profundas de adaptação às modernas necessidades dos museus? Vai convidar um arquitecto ou vai abrir concurso para o efeito? Pode o edifico da Cordoaria, que é também ele classificado, ser tão profundamente alterado, aponto de receber um museu?

Qual o custo, a origem das verbas e a calendarização dessa eventual opção ? Estão feitos os estudos ?

Foram já feitos os estudos urbanos da zona? Foi já contactada a CML, para avaliar o impacte da instalação lado a lado dos dois mais visitados museus nacionais (Coches e Arqueologia), quando ainda agora se viu a gravidade do problema do parqueamento na zona, por causa do silo previsto para acompanhar o Museu dos Coches?



Museus:

Grupo Amigos do Museu Nacional Arqueologia recebido pelo Governo

27-02-2009 15:30:29

Lisboa, 27 Fev (Lusa) - O Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arqueologia (GAMNA) anunciou hoje que obteve do Governo a promessa de que o museu só mudará dos Jerónimos para a Cordoaria Nacional quando existirem "as condições ideais".

Em comunicado, o GAMNA informou que uma delegação sua foi recebida na quinta-feira pelo ministro da Cultura, José António Pinto Ribeiro, tendo-lhe transmitido preocupação face à anunciada decisão de mudar o Museu Nacional de Arqueologia (MNA) dos Jerónimos para a Cordoaria Nacional.

O ministro referiu que "as preocupações indicadas em defesa do MNA eram por si também partilhadas e que nada seria feito que pudesse ser prejudicial para o Museu", indica o comunicado.

José António Pinto Ribeiro reconheceu que na origem deste processo está "a necessidade imperiosa" de encontrar um espaço para colocar equipamentos que se encontram no local onde vai ter início a construção do novo Museu dos Coches, tendo a opção pela Cordoaria, objecto de permuta com a zona dos Jerónimos ocupada pelo MNA, "parecido razoável por permitir colocar num mesmo espaço todos os serviços de arqueologia do Ministério da Cultura".

O protocolo a subscrever para esse efeito com o Ministério da Defesa "estabelece expressamente que o MNA apenas transitará para a Cordoaria Nacional quando aí existirem 'as condições ideais' para o efeito", diz ainda o texto, acrescentando que o museu "pode até nunca transitar" se for concluído que tais condições não podem vir a ser criadas.

O ministro da Cultura informou a delegação que irá ser aberto concurso público nacional de ideias para a adaptação da Cordoaria a Museu Nacional de Arqueologia.

"Todo este processo será necessariamente demorado e apenas poderá ter sequência na próxima legislatura", refere o comunicado, sublinhado que o ministro garantiu que entretanto o MNA manterá a sua capacidade operacional nos Jerónimos "não havendo alienação de espaços que a diminuam".

Num anterior comunicado os Amigos do MNA tinham manifestado a sua preocupação quanto à eventual transferência para tutela do Museu de Marinha da chamada "torre oca", mas agora foi-lhes dito, segundo o comunicado, que esta continuará ao dispôr do MNA até à transferência para a Cordoaria Nacional.

Na reunião com o Governo, a delegação do GAMNA (constituída por Luís Araújo, Raquel Henriques da Silva, Adília Alarcão e António Nabais) comunicou ao Governo que considera que a Cordoaria Nacional não dispõe de condições mínimas para albergar o MNA e secundou a posição da direcção, defendendo que a haver uma mudança de instalações o ideal seria a construção de um edifício novo.

O director do museu, Luís Raposo, também participou na audiência e disse à Lusa que ficou "agradado" com as informações que recebeu, nomeadamente com a indicação de que a transferência se fará só com as "condições ideais".

A decisão de mudança para a Cordoaria "não é irreversível, depende do que se vai fazer agora", sublinhou.

O MNA está instalado no Mosteiro dos Jerónimos há mais de 100 anos e em 2008 foi o segundo museu nacional mais visitado, a seguir ao Museu dos Coches.

EO.

Lusa/fim

Novembro de 2009 a Janeiro de 2010

A Ministra da Cultura ouviu o director do Museu; visitou longamente o MNA e definiu a seguinte orientação:

- 1º Afectar a totalidade da Cordoaria Nacional ao MNA
- 2º Mandar fazer estudo geotécnico, sob direcção do LNEC
- 3º Escolher arquitecto para, com o director do MNA, elaborar projecto de adaptação da Cordoaria Nacional às necessidades funcionais do Museu
- 4º Não instalar na Cordoaria Nacional outros serviços do MC, de modo a permitir a total liberdade do uso do espaço e a ulterior transferência do MNA em devida ordem
- 5° Não afectar a operacionalidade do MNA nos Jerónimos, enquanto o Museu se mantivesse nestes instalações
- 6º Não executar o calendário de permuta de espaços entre Defesa / Marinha, por desnecessário neste novo enquadramento, pelo menos até que o MNA estivesse em vias de passar para a Cordoaria Nacional.

Documentos no CD:

Vários documentos que historiam esta fase.

Diário de Noticias

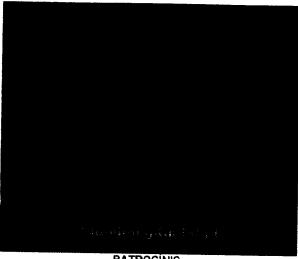
Arte Popular regressa ao seu espaço de Belém em 2010

A ministra da Cultura, Gabriela Canavilhas, garante ainda que a vança com novo Museu dos Coches e não vai deixar cair Museu

"Ficámos muitos contentes com a decisão da ministra da Cultura. Esta é a prova de que vale mesmo a pena lutar por aquilo em que acreditamos e envolvermo-nos em causas cívicas", comenta a artesã Rosa Pomar, uma das activistas do Movimento pelo Museu Nacional de Arte Popular (MNAP) que, no último ano, tem defendido a reabertura do museu nascido em 1948, em Belém

A ministra da Cultura, Gabriela Canavilhas, voltou ontem a assegurar que a reabertura do Museu de Arte Popular vai acontecer no próximo ano, "no âmbito das comemorações do centenário da República". Canavilhas disse que "está a ser consolidada a equipa de instalação do acervo que irá proceder ao trabalho de museologia e de museografia", o que implica recuperar o espólio, entretanto já encaixotado e enviado para o Museu de

Foram 4561 as pessoas que, desde Maio do ano passado, assinaram a petição pelo MNAP. Além de manter um blogue, o movimento organizou algumas manifestações (no Dia dos Museus foi bordado um enorme lenço em Belém) e até um colóquio para debater os futuros possíveis do espaço. "É muito importante recuperar o que havia originalmente, como, por exemplo, os móveis que foram criados propositadamente para ali, mas também há que pensar no projecto museológico", diz Rosa Pomar, que deposita alguma esperança na equipa que será nomeada para a direcção



PATROCINIO

"Deve ser um sítio onde as pessoas possam ver as artes populares. Parece-me que esta é a prioridade neste momento. O artesanato urbano está bem defendido, existe muita actividade e muitas férias, mas é preciso preservar o que está em vias de extinção. No renovado museu, Rosa Pomar gostaria de ver uma vertente mais ligada a workshops e a visitas. "Por exemplo, levar as pessoas ao Alentejo para aprenderem, no local, como

Esta decisão coloca num impasse o Museu de Língua, que estava projectado para o espaço do MNAP. A ministra mantém a intenção de criar este museu "num espaço onde os portugueses se revêem na sua portugalidade". As negociações estão em curso e, embora não revele ainda o local, Canavilhas assegura que não se trata do Pavilhão de Portugal, no Parque das Nações. Isto, apesar de, nos planos do Ministério da Cultura, o Museu da Língua estar associado ao projecto do Museu da Viagem. "A Língua foi-se afirmando no mundo através da viagem, da partida dos portugueses. Julgo por isso ser oportuno juntar a Língua com a viagem", explica a governante

Relativamente ao novo Museu Nacional dos Coches, "as obras vão arrancar em Janeiro", diz a ministra, garantindo que "serão cumpridos os prazos de execução da empreitada que prevê dois anos " Gabriela Canavilhas afirma que vai "dar seguimento a uma decisão já anunciada, já estipulada e contratualizada" e, portanto, não vê motivo para mais discussões sobre este assunto. O objectivo é "fazer um museu de referência"

Finalmente, quanto à mudança do Museu de Arqueologia dos Jerónimos para a Cordoaria Nacional, a ministra explica que está apenas à espera de um parecer do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC.) "Até ao final do mês devo receber um relatório do LNEC que me dê garantias de que o espaço da Cordoaria é absolutamente seguro em termos da sua implantação geográfica", diz

MARIA JOÃO CAETANO.

publicado a 2009-12-11 às 01 00

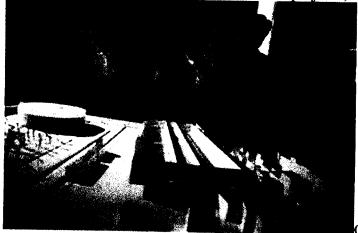
Para mais detalhes consulte: http://www.dn.pt/inicio/artes/interior aspx?content_id=1444258 GRUPO CONTROLINVESTE Copyright © - Todos os direitos reservados

Antigas Oficinas Gerais de Material do Exército

Construção do novo Museu dos Coches começa segunda-feira

29.01.2010 - 19:07 Por Alexandra Prado Coelho

A primeira pedra do novo Museu Nacional dos Coches, na Avenida da Índia, em Belém, vai ser lançada na segunda-feira às 15h30, numa cerimónia onde estará a ministra da Cultura, Gabriela Canavilhas, anunciou hoje o Ministério da Cultura. O arquitecto brasileiro Paulo Mendes da Rocha, autor do projecto, também estará presente.



O arquitecto mostra aos então

ministros da Cultura e Economia o projecto do novo museu (Nuno Ferreira Santos)

Depois de vários atrasos ligados à transferência de serviços, algumas das colecções de arqueologia que se encontravam nas antigas instalações das Oficinas Gerais de Material do Exército, na Avenida da Índia, estavam ontem a ser transferidas para o Museu Nacional de Arqueologia (MNA), nos Jerónimos. O director do MNA, Luís Raposo, disse ao PÚBLICO que aceitou receber as colecções com relevância nacional, que serão agora integradas no acervo do museu.

Também alguns serviços, como o Centro de Investigação Paleo-Ecologia Humana e Arqueo-Ciências (CIPA) passarão a funcionar, provisoriamente, nas instalações do MNA. A Biblioteca de Arqueologia tinha já sido transferida para o Palácio da Ajuda.

Nenhum dos serviços ligados à Arqueologia foi instalado na Cordoaria Nacional, como chegou a estar previsto. O protocolo estabelecido entre o Ministério da Cultura e o da Marinha, que previa que esta cedesse a Cordoaria para os serviços de arqueologia ligados ao Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (Igespar) em troca da devolução da chamada Torre Oca (actualmente usada pelo MNA) ao Museu da Marinha, acabou por não ser aplicado.

Fevereiro a Abril de 2010

O Director do Museu recebeu em Janeiro o estudo supostamente pedido ao LNEC, mas que afinal é um parecer pessoal de antigo funcionário daquele Laboratório e responsabiliza somente o seu autor

O GAMNA encomendou estudo geotécnico ao Doutor Carlos Nunes da Costa, Geólogo (doutoramento em Geotecnia) e Prof. Universitário aposentado (FCT/UNL). O Director do Museu pediu também pareceres a dois professores catedráticos, respectivamente o presidente e o vice-presidente da Sociedade Portuguesa de Engenharia Sísmica

Foi mandada a executar a permuta de instalações entre Defesa / Cordoaria e Cultura / Jerónimos, com a entrega imediata da "torre oca" do MNA. A racionalidade desta medida escapa ao entendimento, já que não foram instalados na Cordoaria serviços do MC e o MNA só poderá passar para lá depois de executados os projectos de engenharia e arquitectura de remodelação profunda do espaço (custos ainda não calculados com rigor, mas seguramente superiores a 30 milhões de euros). A menos que se pretenda retomar o projecto do Ministro Pinto Ribeiro de encaixotamento rápido (seis meses) do MNA para dar anunciar e dar início imediato a um novo Museu nos Jerónimos: O Museu da Viagem.

Na perspectiva do não cumprimento desta orientação o Director do Museu foi advertido da abertura de procedimento disciplinar, com suspensão de funções e eventual transferências para outro museu.

Várias associações e pessoas individuais tomam posição. A Assembleia-Geral da Comissão Nacional do Conselho Internacional dos Museus (ICOM), adopta uma Declaração, que passa a servir de abaixo-assinado na Internet (http://www.peticao.com.pt/mna). O GAMNA cria um blogue informativo (http://gamna.blogspot.com/)

Documentos no CD:

PARECERES GEOTÉCNICOS CITADOS, sobre a Cordoaria Nacional

Vários documentos que historiam esta fase.



Parecer do Doutor Carlos Nunes da Costa

CONDICÕES GEOLÓGICO-GEOTÉCNICAS DOS TERRENOS DA CORDOARIA NACIONAL

Reproduzimos aqui a parte conclusiva do Parecer emitido pelo Doutor Carlos Nunes da Costa, por solicitação do GAMNA. O parecer pode ser lido na íntegra e descarregado na página dos Amigos no sítio Internet do MNA.

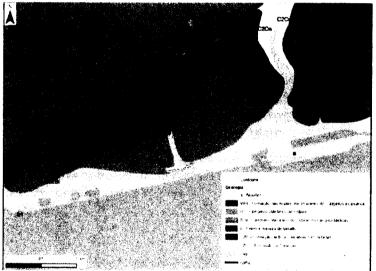
[CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES]

Os terrenos da Cordoaria Nacional têm génese associada ao enchimento fluvio-marinho do trecho terminal da bacia do Tejo, em particular da foz do Rio Seco, sendo por isso maioritariamente constituídos por depósitos sedimentares arenosos não consolidados que cobrem quase completamente

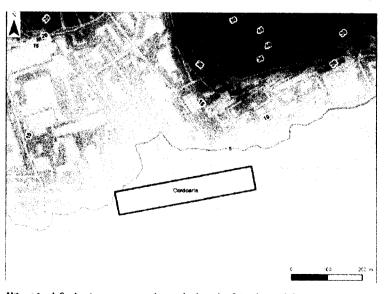
formações do Complexo Vulcânico de Lisboa, aflorante no sector ocidental do edifício.

Embora não exista informação geológico-geotécnica resultante realização de trabalhos de prospecção no local, o conhecimento que deriva da análise do comportamento formações em situações análogas e o facto de se tratar do preenchimento de um vale bastante encaixado, onde a cobertura detrítica, já de si heterogénea, deverá apresentar variações significativas de espessura. leva a considerar a possibilidade de referidas formações poderem oferecer uma resposta insatisfatória em termos geotécnicos, na eventualidade de serem solicitadas por sobrecargas superiores às actuais. Isto é, admite-se que, em determinadas situações, possam ocorrer assentamentos (que tanto podem assumir carácter pontual como se revelarem extensos e significativos à escala do edifício), ou mesmo rotura dos terrenos, em face da fraca capacidade resistente que os mesmos oferecem.

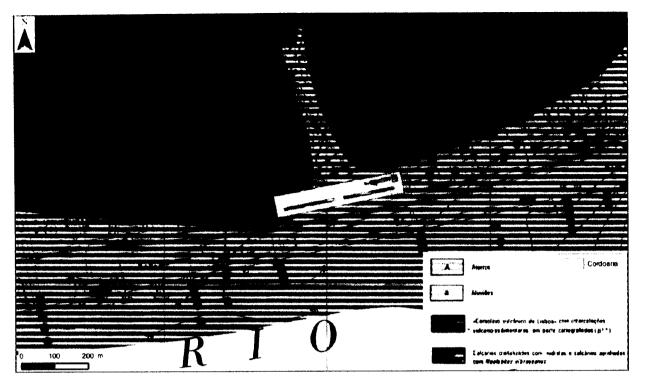
No que respeita à exposição a perigos naturais, verifica-se que, de acordo com a Carta de Vulnerabilidade Sísmica dos Solos de Lisboa, o local é considerado de muito alta vulnerabilidade, aspecto que deverá ser



Enquadramento geológico: A Cordogria encontra-se no limite exterior e fora do macico antigo.



Altimetria: A Cordoaria encontra-se dentro da área de efeito de maré directo.



Geologia (detalhe): a maior parte do edifício da Cordoaria encontra-se sobre preenchimento sedimentar móvel.

confrontado com a possibilidade de ocorrência do fenómeno de liquefacção no horizonte aluvionar arenoso.

Quanto à exposição a inundações verifica-se que o local se encontra numa zona classificada de elevada vulnerabilidade e está abrangida pelo efeito de maré directo (abaixo da cota de 5m).

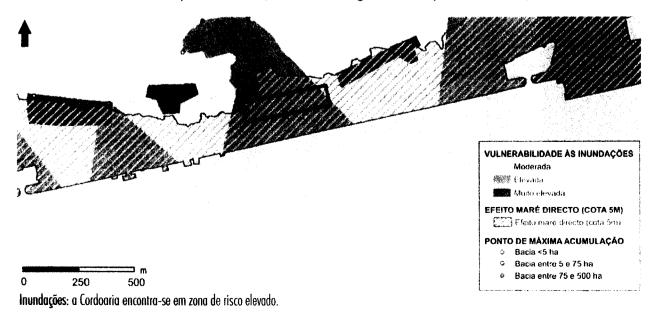
Em conclusão, considera-se que, quer do ponto de vista das condições geológico-geotécnicas, quer no que respeita à exposição a perigos naturais, <u>a localização do MNA no actual edifício da Cordoaria Nacional deveria ser cuidadosamente ponderada, em face da elevada vulnerabilidade que o local comporta actualmente e que deverá condicionar drasticamente o seu uso futuro.</u>

Em todo o caso, e tendo em vista esclarecer de forma mais rigorosa as condições geológicogeotécnicas do local da Cordoaria Nacional, preconiza-se a realização de uma campanha de prospecção e amostragem e a execução de ensaios geotécnicos in situ e laboratoriais, cuja especificação pode merecer a elaboração de uma nota técnica subsequente a este parecer, caso venha a ser considerado adequado.

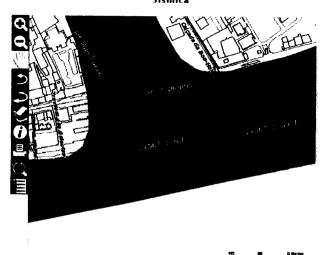
Carlos Nunes da Costa

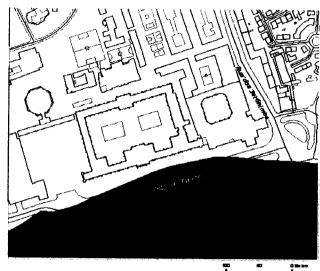
Geólogo (doutoramento em Geotecnia) Prof. Universitário aposentado (FCT/UNL)

Sócio-Gerente de empresa EGIAMB, Estudos Geológicos e de Impacte Ambiental, Consultores, Lda.



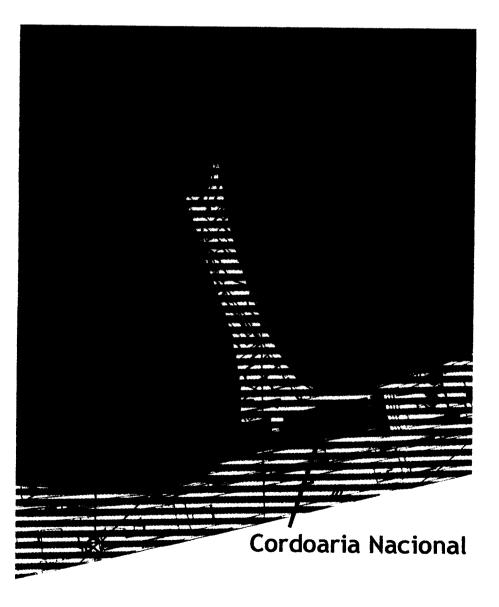
Proposta de revisão do PDM (22.6.2007) - Vulnerabilidade Sísmica





Pormenores da Carta de Vulnerabilidade Sísmica de Lisboa. A vermelho as zonas mais vulneráveis. À esquerda, a Cordoaria está quase toda dentro da zona de risco elevado. À direita, os Jerónimos estão totalmente fora dessa zona.

Pormenor da Carta Geológica de Lisboa. A Cordoaria encontra-se quase totalmente sobre terrenos móveis de aluvião (enchimento do vale do rio Seco e áritas litorais)





O futuro do Museu Nacional de Arqueologia exige ponderação e respeito.

Ao tomar conhecimento das actuais intenções políticas de transferência do Museu Nacional de Arqueologia das instalações onde se situa há mais de um século, no sector oitocentista do Mosteiro dos Jerónimos, para a Fábrica da Cordoaria Nacional, a assembleia de arqueólogos e outros técnicos na área do património cultural, reunida em 20 de Março de 2010 no referido Museu, por iniciativa conjunta das Associação dos Arqueólogos Portugueses e Associação Profissional de Arqueólogos, entende exprimir, perante o País, a sua profunda inquietação pelos eventuais danos que possam vir a ser causados em tão respeitada instituição, verdadeira "casa da arqueologia" portuguesa e um dos mais prestigiados e visitados museus da rede de Museus Nacionais do Ministério da Cultura.

Pela sua história, pelo seu acervo, pelas suas estreitas ligações com as comunidades científicas e com o sistema de ensino, pela sua ampla actividade cultural, o Museu Nacional de Arqueologia exige a maior ponderação e respeito, sobretudo quando pode estar em causa o seu futuro a longo prazo.

A necessidade de ampliação de instalações, sentida desde há muito, deveria ser considerada pelo Governo como uma prioridade nacional, dando origem à construção de raiz de um novo complexo museológico, bem localizado e capaz de corresponder as múltiplas valências do Museu, incluindo as que pudessem decorrer de uma reconfiguração dos serviços de arqueologia dentro do Ministério da Cultura. A transferência para edifício pré-existente deveria sempre ser entendia como mero recurso, não podendo nunca redundar em prejuízo do Museu.

É neste contexto que a transferência do Museu Nacional de Arqueologia para a Fábrica da Cordoaria Nacional causa a maior apreensão, podendo revestir a condição de erro grave ou até de crime de lesa património. Tratando-se de um projecto com mais de meio século, iniciado no contexto da ideologia e do programa político do Estado Novo, é conhecido que nunca foi levado à prática devido aos sucessivos e sistemáticos pareceres negativos, que foi recolhendo a nível técnico. Está em causa a própria Cordoaria Nacional, classificada pelo Estado Português como monumento nacional e, como tal, merecedora de toda a consideração. Estão em causa os custos de todo o pesado projecto de transformação daquele conjunto monumental, para nele Instalar o Museu – custos que a generalidade dos especialistas consideram poderem ser superiores à construção de raiz e que não se compreende como podem ser

acomodados às orientações de política económico-financeira estabelecidas pelo PEC, que obviamente os desaconselha ou até os impede serem assumidos. Estão ainda em causa as condições geológicas e geotécnicas do referido local, que devem ser estudadas aprofundadamente. Está finalmente em causa a manutenção das capacidades operacionais do Museu nas suas actuais instalações e o não comprometimento de possíveis projectos futuros de remodelação, como vinha sendo a opção de sucessivos Governos até há dois anos atrás, caso se verifique a impossibilidade de transferência para outra localização.

Ou seja, está causa algo de demasiado sério para que a decisão seja tomada por mera intenção política circunstancial. Os responsáveis políticos não dispõem de legitimidade democrática para decidirem contra o sentimento comum dos cidadãos e sem o adequado suporte técnico.

Os arqueólogos e outros especialistas reunidos nesta data, solicitam às duas Associações promotoras que transmitam esta tomada de posição ao País e aos responsáveis do Ministério da Cultura e declaram que continuarão a acompanhar atentamente toda esta problemática, não se inibindo de apoiar e participar activamente no movimento de resistência cívica que as circunstâncias porventura venham a exigir.

Lisboa, 20 de Março e 2010.

(declaração aprovada por unanimidade na assembleia de arqueólogos e técnicos de arqueologia promovida conjuntamente pela **Associação dos Arqueólogos Portugueses** e pela **Associação Profissional de Arqueólogos**, em 20 de Março de 2010, no Museu Nacional de Arqueologia)

MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA: mudar, só para melhor

Uma vez que foi anunciada a intenção de fazer transitar rapidamente o Museu Nacional de Arqueologia (MNA) para a Cordoaria Nacional (CN), destinando-se o espaço dos Jerónimos à ampliação do Museu de Marinha ou a um novo museu, o Museu da Viagem, julgo já ser altura de dizer o que penso sobre o assunto. A tal me conduzem os deveres que tenho para com os visitantes, o Grupo de Amigos do MNA, as comunidades científicas e museológicas a que pertenço e sobretudo para com a minha própria consciência pessoal. Vejo, aliás, que o tema mobiliza as comunidades da arqueologia, da museologia e do património e começou a interessar os media. Ainda bem, porque o futuro de uma instituição centenária desta natureza é um assunto de cidadania, que ninguém poderia esperar, muito menos desejar, ficasse escondido dentro de gabinetes.

Como tenho repetido noutras ocasiões (v. por exemplo *Publico*, 23-12-2006), não sou, em absoluto, contra a transferência do MNA para outras instalações. Pertenci a equipas que procuraram essas alternativas e elas chegaram a estar prefiguradas em sucessivos PDMs de Lisboa (Alto do Restelo, Alto da Ajuda, terrenos anexos ao CCB, etc.). Tendo falhado todas estas hipóteses, optei na última década – e como eu todas as direcções do Instituto de tutela - por estudar, primeiro, e depois propor projectos de arquitectura muito sólidos, da autoria de Carlos Guimarães e Luís Soares Carneiro, alicerçados em sondagens e estudos geológicos realizados sob supervisão do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), visando a ampliação do MNA nos espaços já ocupados nos Jerónimos. Estes estudos e projectos foram desde 1998 acolhidos por todos os governos que precederam a actual legislatura e chegaram ser formalmente adoptados por um primeiro-ministro, que anunciou o calendário da sua execução.

Não posso deixar de considerar ser pena que se deitem agora à rua as dezenas, ou porventura centenas, de milhares de euros assim gastos. Mas, enfim, se a opção é de mudança de instalações, então o que importa assegurar é que ela seja claramente para melhor. Não podendo ser para edifício novo, pois que seja para um edifício histórico prestigiado, bem situado e sobretudo adequado às necessidades de um museu moderno, mormente daquele que é um dos mais visitados do Ministério da Cultura, o que possui coleções mais volumosas e vastas e ainda o que tem maior número de bens classificados como "tesouros nacionais". E já agora, quanto ao espaço deixado livre nos Jerónimos, que se execute nele um projecto cultural que realmente valha a pena e honre a Democracia.

Ora, devo confessar que, não obstante a atitude positiva que sempre tenho em relação à mudança, o espírito construtivo e colaborante a que minha posição funcional me obriga e ainda a esperança que depositei na orientação política traçada pela actual Ministra da Cultura, tenho agora dúvidas que estes desideratos sejam de facto assegurados.

Em Novembro e Dezembro passados, após reuniões tidas com a tutela do MNA e directamente com a senhora Ministra da Cultura, foi traçado um caminho que me pareceu e continua a parecer sério e viável, a saber:

-mandar executar estudos geotécnicos, sob direcção de entidade idónea (que a senhora ministra anunciou à imprensa ser o LNEC), garantidores da viabilidade e condições de instalação do MNA na CN; destes estudos resultariam as obras de engenharia que fossem consideradas como condições prévias a qualquer projecto de arquitectura;

-execução de um projecto da arquitectura arrojado, respeitador da Cordoaria (ela própria classificada como monumento nacional e merecedora de todo o respeito) e do programa museológico do MNA;

-afectação de toda a CN ao MNA, reconfigurado institucionalmente de modo a incluir alguns serviços de arqueologia do Ministério da Cultura que nele poderiam desejavelmente ter lugar;

-não instalação antecipada na CN de serviços do MC, de modo a que o espaço estivesse totalmente disponível para a execução do projecto de arquitectura; correlativamente, não havendo necessidade de ocupação da CN por parte da Cultura, não entrega adiantada à Marinha de espaços nos Jerónimos, mantendo aqui o MNA toda a sua capacidade operacional, até que pudesse ser transferido para a CN, em boa e devida ordem.

Nos últimos dois meses parece que toda esta estratégia foi abandonada, sem que se perceba muito bem porquê. Talvez apenas pelo que se quer fazer nos Jerónimos e não propriamente pelo interesse na melhoria do MNA. Importa recordar que a ideia de afectar o sector oitocentista dos Jerónimos em exclusivo à Marinha, de forma clara (ampliação do Museu de Marinha) ou encapotada (Museu da Viagem, colocado em instalações alienadas para a Marinha, bem diferente do que seria um tal museu antropológico e civilista, sob tutela exclusiva da Cultura), limita-se a ressuscitar o antigo projecto do Estado Novo, sob impulso do almirante Américo Thomaz, que teve golpe de finados quando o Conselho da Revolução, em Janeiro de 1976 (no rescaldo do 25 de Novembro e quando País corria o risco de uma deriva cesarista), entendeu publicar um decreto hoje risível, no qual se impunha a transferência para a Marinha de todos os espaços dos Jerónimos não afectos ao culto. É irónico que este projecto seja retomado agora, mas... é a vida. Na condição em que subscrevo este texto, apenas me cumpre assinalar esta entorse cívica. Todavia, na mesma condição, cumpre-me mais, cumpre-me denunciar a extraordinária situação para que um museu mais do centenário e um acervo tão vasto e estruturante para o País são atirados, tratados como meros empecilhos para que uma opção política de regime possa rapidamente ser executada. Em ditaduras terceiro-mundistas não se faria diferente.

Quanto ao edifico da CN o problema não é tanto político mas técnico e altamente complexo, fazendo todo o sentido os cuidados na sua abordagem, acima sumariados. Trata-se de uma proposta que tem meio século, ressurge ciclicamente e foi sempre recusada com base em pareceres técnicos credíveis. Mudaram entretanto as circunstâncias ? Talvez. Mas apenas se alguém com competência bastante puder agora garantir a inexistência ou o adequado controlo dos riscos sísmicos, de inundação, impacte de marés, etc. que são reconhecidos naquele preciso local (edificado sobre o estuário do rio Seco num local, "Junqueira", que significa pântanos de juncos) e arriscam conduzir a uma catástrofe para o acervo histórico nacional que o MNA guarda. E se outro alguém garantir depois a mobilização dos meios financeiros suficientes para a profunda requalificação do quarteirão inteiro da CN, onde nalguns sectores se verifica uma quase ruína e noutros as coberturas são em telha vã, os pavimentos são irregulares, estão saturadas em sais marinhos, etc., etc. Ora, a única coisa que até aqui me foi apresentado em sentido tranquilizador, foi um parecer dado a título individual por um antigo técnico LNEC, certamente competente, mas que não responsabiliza mais do que o seu autor. O Grupo de Amigos do MNA obteve estudo de outro técnico muito credenciado e que vai em sentido contrário; eu próprio recolhi pareceres de dois dos mais reputados especialistas portugueses em engenharia sísmica e todos concordam em alertar para o risco efectivo e elevado que existe no local da CN.

Talvez assim se compreenda melhor porque atribuo a esta matéria tanta importância. Talvez se entenda porque não posso em consciência, neste momento, considerar como definitivamente adquirida a transferência do MNA para CN. E, por outro lado, também assim talvez se possa melhor perceber porque considero inaceitável executar desde já o despejo de parte do MNA nos Jerónimos – situação que seria sempre anómala (e desnecessária, porque não existem agora pressões para colocar quaisquer serviços da Cultura na CN), porque o que faria sentido, conforme o acordado inicialmente, era que o Museu apenas desocupasse os espaços actuais quando mudasse de instalações, após as obras profundas de arquitectura a que a CN deverá inevitavelmente ser submetida.

Continuo, pois, a aguardar a apresentação pública de estudos que garantam a segurança do acervo do MNA na CN. Aguardo, logo depois, a abertura de concurso público ou o convite a arquitecto consagrado para desenvolver o projecto que se impõe, tudo isto sem esquecer os estudos urbanísticos da zona envolvente, de modo a precaver, e potenciar, o fluxo das várias centenas de milhar de pessoas que passarão anualmente a frequentar uma zona em que se irão colocar lado a lado os dois mais visitados museus do Ministério da Cultura.

No entretanto, o MNA continuará a servir da melhor forma que puder os seus utilizadores, no cumprimento do programa cívico que Leite de Vasconcelos concebeu e Bernardino Machado adoptou. As iniciativas públicas já tomadas em torno do futuro do MNA, com especial relevo para o espírito combativo demonstrado pelo nosso Grupo de Amigos e para os oferecimentos de activa solidariedade por parte de personalidades as mais diversas, das associações científicas e profissionais, das universidades e das autarquias, reconfortam-me e dão fé de que a sociedade civil não está adormecida.

Luís Raposo

Director do Museu Nacional de Arqueologia, 29 de Março de 2010.



Declaração e abaixo-assinado adoptado pela Assembleia-Geral da Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional dos Museus (ICOM)

EM DEFESA DO MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

Subscreva em: http://peticao.com.pt/mna

Mantenha-se informado e comente em: http://gamna.blogspot.com

Divulgue por todos os seus contactos

Quando há cerca de um ano o anterior Governo colocou a hipótese da transferência do Museu Nacional de Arqueologia (MNA) para a Cordoaria nacional, o seu Grupo de Amigos (GAMNA) chamou logo a atenção para os riscos inerentes, dos quais o mais importante é o da segurança geotécnica do local e do próprio edificado da Cordoaria, para aí se poderem albergar as colecções do Museu Nacional português com colecções mais volumosas e com o maior número de peças classificadas como "tesouros nacionais".

Após as últimas eleições pareceu ser traçado um caminho que permitia encarar com seriedade esta intenção política. A ministra da Cultura afirmou à imprensa que fora pedido ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) um parecer acerca das referidas condições geotécnicas e que seria feito projecto de arquitectura coerente, respeitador tanto da Cordoaria Nacional como do programa do Museu. Ao mesmo tempo garantiu que esse complexo seria totalmente afecto ao MNA, sem a instalação antecipada de outros serviços no local. Sendo assim, deixaria também de ser necessário alienar espaços do MNA nos Jerónimos, a título de garantia da ocupação antecipada da Cordoaria.

Causa, pois, profunda estranheza a sucessão de acontecimentos das últimas semanas, os quais vão ao ponto de comprometer ou até inviabilizar a continuidade da gestão do Director do Museu, que nos cumpre elogiar pelo dinamismo que lhe conseguiu imprimir e de cujos interesses se constitui, perante todos nós, em legítimo garante.

O estudo tranquilizador que se dizia ter sido pedido ao LNEC, deu afinal lugar a parecer meramente pessoal do técnico convidado para o efeito. O GAMNA, encomendou estudo alternativo, que vai em sentido contrário. O Director do Museu recolheu, ele próprio, outros pareceres, dos mais reputados especialistas da área da engenharia sísmica, que igualmente corroboram e ampliam as preocupações existentes. É agora óbvia a necessidade da realização de um programa de sondagens e de verificações *in loco*, devidamente controlado por entidade idónea, de modo a poder definir com rigor a situação da Cordoaria em matéria de riscos sísmicos, maremoto, efeito de maré, inundação e infiltração de águas salgadas. A recente tragédia ocorrida na Madeira, onde se perdeu quase por completo o acervo do Museu do Açúcar, devido a inundação, aí está para nos lembrar como não pode haver facilidade e ligeireza neste tipo de decisões.

Enquanto não estiver garantida a segurança geotécnica da instalação do MNA na Cordoaria Nacional e enquanto não forem realizados os adequados estudos de planeamento urbano e circulação viária, importa manter todas as condições de operacionalidade do Museu nos Jerónimos. Neste sentido consideramos incompreensível a alienação pretendida da "torre oca" a curto prazo, até porque uma tal opção iria comprometer definitivamente qualquer hipótese futura de regressar a planos de remodelação e ampliação do MNA nos Jerónimos, conforme foi a opção consistente de sucessivos Governos, até há dois anos. O MNA merece todo o respeito e não pode ser considerado como mero estorvo num local onde aparentemente se quer fazer um novo Museu.

O poder político não pode actuar ignorando os pareceres técnicos qualificados e agindo contra o sentimento de todos os que amam o património e os museus. Apelamos ao bom senso do Governo, afirmando desde já a nossa disposição para apoiar o GAMNA na adopção de todas as medidas cívicas e legais necessárias para que seja defendida, como merece, a instituição mais do que centenária fundada pelo Doutor Leite de Vasconcelos, o antigo "museu do homem português" e actual Museu Nacional de Arqueologia.

Lisboa, em 29 de Março de 2010.

Radar Entrevista



Luís Raposo

'Sem haver condições, não acato decisão da tutela'

Dirige há 14 anos o Museu Nacional de Arqueologia, onde trabalha há trinta. Agora, o Governo exige-lhe que inicie a transferência do museu, dos Jerónimos para a Cordoaria, entregando parte das actuais instalações à Marinha. Luís Raposo, 55 anos, explica porque não o fará. POR EMÍLIA CAETANO

O Governo dá-lhe até 8 de Maio para entregar a Torre Oca à Marinha. Acatará a ordem?

Já disse à tutela que não me sinto em condições disso. Teria consequências muito danosas para o Museu Nacional de Arqueologia (MNA), enquanto não garantirem condições apropriadas para o mudar para a Cordoaria. Usamos a torre para exposições e debates, o que contribuiu para que este passasse de sexto museu mais visitado do Ministério da Cultura para a segunda posição. Além disso, a cedência inviabilizaria qualquer ampliação

de instalações nos Jerónimos, se vier a provar-se que a Cordoaria não tem condições.

Mas a torre não é da Marinha?

De modo algum. O espaço do MNA nos Jerónimos pertencelhe juridicamente desde 1900. E a torre foi incorporada há 17 anos neste espaço, por intervenção de Simonetta Luz Afonso, então presidente do Instituto Português dos Museus.

A instalação nos Jerónimos não era já provisória?

Não. O MNA veio para aqui

ainda por decisão da Monarquia, que deu o espaço ao fundador, Leite de Vasconcelos, para fazer o Museu do Homem Português. Mas o museu foi sobretudo acarinhado pela I República. Com esta decisão de mudar o museu sem condições está-se, ainda que sem saber, a ofender também a República. Só surgiu a ideia de precariedade quando, em 1960, o Museu de Marinha veio também para os Jerónimos. Isso teve que ver com a Exposição do Mundo Português e sobretudo com a eleição para a Presidência, em 1958, de Américo Tomás, ex-ministro da Marinha. Pensou-se então em levar o MNA para a Cordoaria.

Foi um projecto do Estado Novo, que não conseguiu executá-lo. Rebelaram-se as universidades e houve até primeiras páginas do jornal humorístico Sempre Fixe sobre isso. Além disso, foi pedido parecer a uma comissão, que considerou a transferência inviável, entre outras razões pelos danos à própria Cordoaria. E, mesmo em ditadura, respeitou-se o parecer da comissão. Pensou-se então num edifício de raiz, o que acho ainda a melhor solução.

Mas onde?

A zona de Belém seria a preferível: na parte do CCB ainda por construir, no Restelo, junto ao Museu de Etnologia, ou ao pé do futuro Museu dos Coches. Talvez a Expo também fosse uma hipótese. Admito até irmos para um edificio já construído, incluindo a Cordoaria. Não contesto a decisão política de o mudar para lá. Tem é de ser em condições técnicas aceitáveis.

E não o são em quê?

Em termos de espaço até ganharíamos. Mas as colecções terão de ficar a salvo de riscos sísmicos, marenioto, efeito de maré e infiltrações de água salgada. Veja-se o que aconteceu ao Museu do Açúcar, na Madeira, que foi agora por água abaixo. A Cordoaria fica por cima do rio Seco. Ainda em 1997 houve uma inundação e a água entrou lá por todo o lado. O novo Museu do Coches, que é ao lado, ficará a cinco metros de altura. Como podem dizer, sem estudos nenhuns, que as colecções estão seguras num edifício que está só a um metro do nível da água? O único estudo que me apresentaram foi feito por uma só pessoa.

Mas não concordou com a ministra da Cultura na mudança para a Cordoaria?

É verdade que a ministra (Gabriela Canavilhas) teve a simpatia de vir ao museu e tivemos várias reuniões. Definimos uma linha para a mudança, que começaria pela realização de estudos geotécnicos por uma entidade credível (falou-se no LNEC). Todo o espaço da Cordoaria seria para o MNA, e não para outros serviços do Ministério. E encomendar-se-ia um projecto de arquitectura para acolher as alterações resultantes do estudo. Só depois das obras se mudaria o museu.

O anterior ministro (Pinto Ribeiro) queria mudar para lá o MNA em seis meses e depois se veria. Foi esse encaixotamento do museu até às obras que não aceitámos. Este é o museu com mais peças classificadas como tesouros nacionais. Acho totalmente indigno vê-lo tratado como empecilho nos Jerónimos.

Então o que fará?

Não quero antecipar cenários.

Mas vim para aqui por concurso
público e não por vinculação política. Assim, só há duas maneiras de acabar a minha comissão:
ou eu demitindo-me ou a tutela
abrindo um processo disciplinar
com vista à minha exoneração.
Desde o início do conceito de
Museu Nacional, em 1965, isto
nunca aconteceu. Seria inédito
na História de Portugal,
e não só o democrático.

©